

CONTEXTO JURÍDICO

Pai terá que indenizar filha em R\$ 10 mil por abandono afetivo

Um homem que interrompeu de forma voluntária a convivência com sua filha foi condenado a indenizá-la em um valor de R\$ 10 mil por abandono afetivo e custear o tratamento psicológico da criança. A decisão da 2ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP), divulgada no início desta semana, foi unânime.

O TJSP entende que o réu não tem justificativas plausíveis para a falta de contato com a filha. O relator do recurso, o desembargador João Baptista Galhardo Júnior, argumentou que “eventual mau relacionamento com a genitora não é motivo que justifica o afastamento consentido e voluntário da convivência e da educação moral”.

De acordo com os autos do processo, o abandono foi comprovado pela ausência de laços afetivos entre os dois, que teria causado problemas psicológicos à criança. Representada na ação por sua mãe, ela está hoje em tratamento para dificuldades de atenção, concentração, memória operacional e defasagem no processo da fala.

Segundo o relator, as visitas voltaram a ocorrer de forma mais regular, mas não são o suficiente para estabelecer um vínculo afetivo entre pai e filha e suprir a necessidade da presença paterna. A falta de qualidade dessa convivência teria gerado “danos psicológicos atestados no estudo social”, o que embasou a decisão da câmara.

Ministro Raul Araújo é empossado membro efetivo do TSE

O ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Raul Araújo foi empossado terça-feira (6) no cargo de ministro efetivo do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) para o biênio 2022-2024. Na cerimônia, o presidente do TSE, ministro Alexandre de Moraes, destacou a qualificação e o preparo de Raul Araújo para a nova função, que assume na iminência das eleições gerais. “O ministro Raul Araújo tem vasta experiência em todas as áreas do direito. É uma honra para o TSE poder contar com a sua colaboração”, disse ele. Em solenidade no plenário do TSE, Raul Araújo toma posse como ministro efetivo

para o período 2022-2024. | Foto: Emerson Leal / STJ | Alexandre de Moraes citou pontos da trajetória profissional do novo membro efetivo da corte, acrescentando que os colegas do TSE já puderam observar o trabalho feito pelo magistrado desde 2020, na condição de ministro substituto. Ele afirmou que Raul Araújo é um dos ministros mais preparados neste momento para atuar na Justiça Eleitoral.

“O ministro já vem atuando em nossas sessões e demonstrando o perfil técnico, sua sobriedade e competência. Sua experiência será de grandiosíssima contribuição para o TSE”, concluiu.

Quinta Turma do STJ revoga liminar que permitia candidatura do senador Izalci Lucas ao governo do DF

Por unanimidade, a Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu não conceder o habeas corpus requerido pela defesa do senador Izalci Lucas (PSDB-DF) e revogar a liminar que havia suspenso os efeitos de sua condenação pelo crime de peculato.

Com a decisão, o político - candidato a governador do Distrito Federal - volta a figu-

rar na condição de condenado e fica, em princípio, impedido de disputar a eleição.


Os ministros entenderam que é competência da Justiça comum, e não da Justiça Eleitoral, o julgamento do crime de peculato-furto majorado (artigo 312, parágrafo 1º, combinado com o artigo 327, parágrafo 2º, do Código Penal) imputado ao senador.

PUBLICIDADE LEGAL

OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS DO 46º SUBDISTRITO VILA FORMOSA

DJALMA SEMEGHINI TOMBI, OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS DO 46º SUBDISTRITO DE VILA FORMOSA – SÃO PAULO – CAPITAL.

Faz saber que, com fulcro no Artigo 56 da Lei Federal 6015/73, efetuou a averbação de alteração do prenome do registrado, alterando-se de FABIO ROGERIO para FABIO, passando o mesmo a chamar-se FABIO BARBATANO MARQUES, filho de Nilton Marques e Ana Mariza marques, registrado no livro A-006, fls. 125 nº 4.347, portador da Cédula de Identidade nº 27.851.102-8-SSP/SP, CPF nº 267.960.028-22, Título de Eleitor 276649060116-Zona 406 – Seção 0081 – Praia Grande-SP. São Paulo, 08 de Setembro de 2022.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAGANÇA PAULISTA

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO - Aham-se abertos na Prefeitura do Município de Bragança Paulista os seguintes certames licitatórios: PREGÃO PRESENCIAL Nº 180/2022 - OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA, ASSEIO E CONSERVAÇÃO PREDIAL, PARA ATENDER 22 (VINTE E DUAS) ESCOLAS MUNICIPAIS, CONFORME O TERMO DE REFERÊNCIA. DATA DA ABERTURA: 21.09.2022 AS 09:30 HORAS - Os editais estão disponíveis no Balcão da Divisão de Licitação, Compras e Almoxarifado, à Avenida Antônio Pires Pimentel, nº 2.015, Centro, em dias úteis das 09h00 às 16h00 e no site <http://braganca.sp.gov.br> (Portal do Cidadão). Bragança Paulista, 08 de setembro de 2022. MARCEL BENEDITO DE GODOI - Chefe da Divisão de Licitação, Compras e Almoxarifado.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAGANÇA PAULISTA

AVISO DE SUSPENSÃO - PROCESSO DE DISPENSA Nº2009/2022 - OBJETO: CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO E EXPLORAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO DE PASSAGEIROS A SEREM UTILIZADOS NAS UNIDADES DE SAÚDE. DATA DE ABERTURA: 22.09.2022 AS 09:30 HORAS (DATA REDESIGNADA) O edital retificado estará disponível no Balcão da Divisão de Licitação, Compras e Almoxarifado, à Avenida Antônio Pires Pimentel, nº 2.015, Centro, em dias úteis das 09h00 às 16h00, no site www.braganca.sp.gov.br, e na plataforma Bbmnet. Bragança Paulista, 08 de setembro de 2022 - MARCEL BENEDITO DE GODOI - Chefe da Divisão de Licitação Compras e Almoxarifado.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAGANÇA PAULISTA

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO - Acha-se aberto na Prefeitura do Município de Bragança Paulista o seguinte certame licitatório: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 016/2022 - OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PADRONIZADOS A SEREM UTILIZADOS NAS UNIDADES DE SAÚDE. DATA DE ABERTURA: 22.09.2022 AS 09:30 HORAS (DATA REDESIGNADA) O edital retificado estará disponível no Balcão da Divisão de Licitação, Compras e Almoxarifado, à Avenida Antônio Pires Pimentel, nº 2.015, Centro, em dias úteis das 09h00 às 16h00, no site www.braganca.sp.gov.br, e na plataforma Bbmnet. Bragança Paulista, 08 de setembro de 2022 - MARCEL BENEDITO DE GODOI - Chefe da Divisão de Licitação Compras e Almoxarifado.

STJ reduz penas de três condenados por chacina de Unai

A Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça decidiu, terça-feira, 6, reduzir as penas de três condenados pelo assassinato, em janeiro de 2004, de três auditores fiscais e de um motorista do Ministério do Trabalho na chamada Chacina de Unai, na zona rural da cidade mineira. Os ministros consideraram “inadequada” a aplicação de uma qualificadora - homicídio mediante pagamento ou promessa de recompensa - na dosagem das penas dos três acusados, o que levou ao redimensionamento das mesmas.

A chacina aconteceu em 28 de janeiro de 2004 na zona rural de Unai, Noroeste de Minas. Os auditores fiscais Nelson José da Silva, Eratóstenes de Almeida Gonçalves e João Batista Soares Lage e o motorista Ailton Pereira de Oliveira foram assassinados a tiros dentro de uma caminhonete do ministério, enquanto trabalhavam na região. Segundo a denúncia, o crime foi encomendado. O fazendeiro Norberto Mânica, apontado como um dos mandantes do crime, que pegou 65 anos e sete meses por ordem do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, teve a pena reduzida para 56 anos e três meses de reclusão. Já as penas de José Alberto de Castro e Hugo Alves Pimenta, acusados de contratarem os autores dos homicídios, foram redimensionadas de 58 anos e dez meses para 41 anos e três meses; e de 31 anos e seis meses para 27 anos de reclusão, respectivamente.

O relator Ribeiro Dantas considerou que, de acordo com a jurisprudência mais recente do STJ, a qualificadora de homicídio mediante pagamento ou promessa de recompensa se aplica apenas aos executores diretos do assassinato.

A decisão não tem relação com a condenação do ex-prefeito e fazendeiro Antério Mânica (irmão de Norberto) imposta pelo Tribunal do Júri Federal em maio. Na ocasião, em julgamento que ocorreu quatro anos após ser anulada uma primeira sentença imposta ao ex-prefeito, Mânica pegou 64 anos de prisão, em regime inicial fechado.

Ao analisar recursos especiais impetrados pelas defesas, o relator Ribeiro Dantas considerou que, de acordo com a jurisprudência mais recente do STJ, a qualificadora de homicí-

dio mediante pagamento ou promessa de recompensa se aplica apenas aos executores diretos do assassinato, uma vez que eles que receberam efetivamente, o pagamento ou a promessa de recompensa para executar o crime.

“O mandante do delito não incorre na referida qualificadora, já que sua contribuição para o cometimento do homicídio em concurso de pessoas, na forma de autoria mediata, é a própria contratação e pagamento do assassinato”, indicou o ministro. Em sua avaliação a qualificado-

ra que se aplica a quem obtém a recompensa pela execução do crime não poderia ser aplicada àquele que a oferece, pois sua motivação é diferente.

“(A qualificadora) diz respeito à motivação do agente, tendo a lei utilizado, ali, a técnica da interpretação analógica. Vale dizer: o homicídio é qualificado sempre que seu motivo for torpe, o que acontece exemplificativamente nas situações em que o crime é praticado mediante paga ou promessa de recompensa, ou por motivos assemelhados a estes”, registrou.

Toffoli extingue notícia-crime apresentada por senadores contra Augusto Aras e Lindôra Araújo

O ministro Dias Toffoli observou que não cabe ao Supremo instaurar, a pedido de parlamentares, investigação criminal ou procedimento administrativo contra as autoridades da PGR.

O ministro Dias Toffoli, do STF, extinguiu notícia-crime apresentada por sete senadores que integraram a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Pandemia contra o procurador-geral da República, Augusto Aras, e a

vice-procuradora-geral, Lindôra Araújo, pela suposta prática do crime de prevaricação.

No pedido, formulado Petição (PET) 10489, os senadores sustentavam que o procurador e a vice teriam atuado para blindar o

presidente da República, Jair Bolsonaro, e ministros e ex-ministros do governo, ao promover o arquivamento de sete das 10 apurações preliminares abertas para investigar delitos de charlatanismo, prevaricação, infração de medida

Alckmin faz representação no TSE contra Bolsonaro por propaganda maliciosa na TV

O candidato a vice-presidente na chapa com Luiz Inácio da Silva (PT), o ex-governador Geraldo Alckmin (PSB), entrou com uma representação junto ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) acusando a campanha do presidente Jair Bolsonaro (PL) por “propaganda maliciosa” em inserções na TV.

Segundo a defesa, a campanha do adversário utiliza vídeos descontextualizados “para o nítido propósito de confundir o eleitor, dando a entender que a opinião emitida pelo requerente seria atual e que, na verdade, ele não é partidário de seu companheiro de chapa”, diz o documento.

As falas mencionadas pela defesa e utilizadas por Bolsonaro se referem à campanha de 2018, quando Alckmin se candidatou à Presidência pelo PSDB. Em um dos momentos, no vídeo, o vice diz: “Depois de ter quebrado o Brasil, Lula diz que quer voltar ao poder. Ele quer voltar à cena do crime”. Outro

trecho citado na representação é em relação à referência que o ex-governador faz ao petista: “É você que pode evitar que um preso condenado por corrupção seja solto”.

Ao final da inserção, o locutor do vídeo diz: “Se até o vice do Lula pensa assim, como é que eu vou confiar nele?” Para a defesa, a fala tenta sugerir que este seria o sentimento de Alckmin no presente momento. “Inegável o intento de criar confusão na mente do eleitor, de modo a ludibriar o seu entendimento. No entanto, tal desiderato é terminantemente vedado pela lei eleitoral, como se passa a demonstrar”, afirma a representação.

No documento, a defesa cita o entendimento jurisprudencial das eleições de 2014, quando o então candidato Aécio Neves (PSDB), ex-correligionário de Alckmin, utilizou frases fora de contexto, ditas pela então adversária Dilma Rousseff (PT), em benefício próprio.

Em meio a hostilidades, STF publica vídeo que explica indicação de magistrados

Em meio à realização de atos bolsonaristas no 7 de Setembro, alguns novamente com faixas com pedidos de intervenção militar e destituição de ministros do Supremo Tribunal Federal, a Corte Máxima divulgou em seu perfil no Twitter um vídeo em que explica como são indicados e nomeados os integrantes do Tribunal “Respeitar a Constituição é defender a democracia”, diz a gravação.

O material foi publicado com o questionamento “Sabe por que você não votou em nenhum ministro do STF? Entenda aqui”. No vídeo, é explicado que, conforme a Constituição, os ministros do Supremo são indicados pelo presidente e depois passam por uma sabatina no Senado. Só então, se aprovados, são nomeados à Corte.

“Você não vota diretamente, mas participa da escolha”, diz ainda a gravação. O argumento é o de que, por escolher o chefe do Executivo e os parlamenta-

sanitária, uso irregular de verba e epidemia com resultado de morte.

Sistema normativo-constitucional - Na decisão, o ministro Dias Toffoli observou que não cabe ao Supremo instaurar, a pedido de parlamentares, investigação criminal ou procedimento administrativo contra as autoridades da Procuradoria-Geral da República (PGR). “Os fatos narrados e suas eventuais provas devem ser apresentados perante a autoridade a quem compete investigar e representar por abertura de inquérito perante esta Suprema Corte”. ressaltou. Segundo o ministro, a Lei Orgânica do Ministério Público da União (Lei Complementar 75/1993) estabelece que a promoção de ação penal pública contra o procurador-geral da República cabe ao subprocurador-geral da República que for designado pelo Conselho Superior do Ministério Público Federal.

Toffoli destacou que, em respeito ao sistema acusatório e à atribuição exclusiva da PGR de representar por abertura de inquérito, não há como o Judiciário exercer juízo valorativo sobre fatos alegadamente criminosos, pois se trata de atribuição exclusiva do Ministério Público.

res que integram o Congresso Nacional, a população participa, indiretamente, do processo.

A corte já havia sido alvo de ataques da base aliada do presidente no feriado da Independência de 2021, e voltou a ser hostilizada nesta quarta-feira, 7.

Como mostrou o Estadão, apoiadores do chefe do Executivo levaram à Esplanada dos Ministérios faixas com pedidos de intervenção militar e destituição de ministros do STF. Entre as mensagens expostas, algumas que pedem ação das Forças Armadas para “eleições limpas” e para uma “intervenção democrática”.

Em São Paulo e no Rio de Janeiro também foram registradas placas contra o Supremo. Na Avenida Paulista, bolsonaristas pediram ‘limpeza do STF’. Em Copacabana, apoiadores do presidente empunhavam uma faixa que pedia o fechamento da Corte máxima.

Certificado por IBICT - Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

Certificado por IBICT - Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2021, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Esta publicação foi feita de forma 100% digital pela empresa Diário de Notícias em seu site de notícias. **AUTENTICIDADE DA PÁGINA.** A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link <https://publegal.diariodenoticias.com.br/>